

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2.118/2011	EDITAL Nº	PP Nº 023/2011 – COHAB-LD
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auditoria independente para atendimento às necessidades da COHAB-LD.		
NATUREZA:	Prestação de serviços.		
ORIGEM DAS SOLICITAÇÕES			
DIRETORIA ATENDIDA:	Diretoria Administrativo-Financeira, através do Departamento Contábil-Financeiro.		
PEDIDO ATENDIDO:	Termo de Referência s/nº, datado de 21 de julho de 2011.		
LOCAIS E DATAS DE PUBLICAÇÃO			
<ul style="list-style-type: none">• Jornal Oficial do Município, Edição de 06/10/2011;• Folha de Londrina, Edição de 06/10/2011;• Página Oficial da COHAB-LD na Internet, de 06/10/2011 a 20/10/2011;• Quadro de avisos da COHAB-LD, de 06/10/2011 a 20/10/2011.			
DATAS RELATIVAS AO CERTAME			
<ul style="list-style-type: none">• Consultas: até 48(quarenta e oito) horas antes do recebimento das propostas;• Impugnações: até 5 (cinco) dias úteis antes do recebimento das propostas;• Protocolização dos envelopes: até as 14h30min do dia 20/10/2011, na Seção de Suprimentos da COHAB-LD;• Credenciamento dos representantes: das 14h30min às 15h00min do dia 20/10/2011;• Abertura e avaliação das propostas: 20/10/2011, após o credenciamento dos representantes;• <i>PREGOEIRA: MARIA VERONICA SCIENA</i>			
ENDEREÇOS			
ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONES PARA CONSULTAS: E-mail: compras@cohab.londrina.pr.gov.br – Fone: (43) 3315-2235 – Fax: (43) 3315-2255 Expediente: das 08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min			
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO, ABERTURA E SESSÃO DE LANCES: Sala da Seção de Suprimentos, situada na Rua Pernambuco, nº. 1002, Centro, Londrina/PR			
DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL			
Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none">Anexo I - Do objeto e demais aspectos relacionados;Anexo II - Do credenciamento, as exigências da proposta comercial e da habilitação;Anexo III - Modelos sugeridos de declarações/procurações;Anexo IV - Minuta do Contrato;Anexo V - Modelo sugerido da Proposta Comercial;			

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD, pessoa jurídica de direito privado, torna público, através dos órgãos de divulgação constantes do preâmbulo deste, que realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO**, na forma presencial, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente para atendimento às necessidades da COHAB-LD, conforme descrito no Anexo I deste Edital, cujas despesas serão providas com recursos próprios da COHAB-LD.

O processo será realizado em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Municipal nº 123, de 19 de fevereiro de 2008, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, esta aplicada subsidiariamente, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, além dos termos deste Edital.

Os interessados deverão protocolar 2 (dois) envelopes na Seção de Suprimentos da COHAB-LD, na Rua Pernambuco, nº 1.002, Centro, Londrina/PR, **até as 14h30min do dia 20 de outubro de 2011**, sob pena de, não o fazendo, ser impedido de participar do certame.

Caso não haja expediente na data originalmente estabelecida, ficam os procedimentos automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários fixados anteriormente.

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital. O(A) Pregoeiro(a) efetuará a avaliação do ramo de atividade através do Contrato Social ou de outro documento oficial que indique o ramo de atividade do licitante.

1.2. Os licitantes que tenham manifestado interesse no certame poderão protocolar pedido de esclarecimento sobre o Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, no endereço e horário discriminado no preâmbulo deste instrumento. O(A) Pregoeiro(a) deverá responder ao pedido apresentado em até 24 (vinte e quatro) horas. Caso a resposta ao pedido de esclarecimento importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo, neste caso, protocolar pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo, o(a) Pregoeiro(a) julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis. Caso a resposta ao pedido de impugnação importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as **pessoas jurídicas** regularmente constituídas e em pleno funcionamento que preencherem os requisitos exigidos neste Edital e seus Anexos.

2.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

- II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- IV - Empresa que tenha prestado serviços de auditoria independente para a COHAB-LD, pelo período de 05 (cinco) anos contínuos, sem que tenha havido um intervalo mínimo de 3 (três) anos, contados do término dos 05 (cinco) anos contínuos, conforme consta da Instrução CVN nº 308, de 14 de maio de 1999, em seu artigo 31.

3. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. O credenciamento dos representantes será feito das **14h30min às 15h00min do dia 20 de outubro de 2011**. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.2. Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um único licitante.

3.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do(a) Pregoeiro(a).

3.4. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

3.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

3.5.1. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

3.6. Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis), na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

ENVELOPE DA PROPOSTA:

- RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE
- PREGÃO Nº PP- 023/2011-COHAB-LD
- ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL
- ENTREGA DO ENVELOPE: (Colocar o horário máximo permitido para entrega).
- ABERTURA DO ENVELOPE: (Colocar a data e horário da abertura).
- OBJETO: Descrever o objeto constante do presente Edital.

ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO:

- RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE
- PREGÃO Nº PP-023/2011-COHAB-LD
- ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO
- OBJETO: Descrever o objeto constante do presente Edital.

3.7. O envelope nº 1 deverá conter todos os requisitos exigidos para a proposta comercial, enquanto que o envelope nº 2 deverá conter a documentação para fins habilitatórios.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação está descrito no Anexo I deste Edital, onde constam para o seu entendimento:

- I - A especificação e informações atinentes;
- II - O preço máximo e fonte de recursos;
- III - O prazo, a forma e o local de execução;
- IV - A sistemática de entrega e recebimento dos bens;
- V - Os trâmites para pagamento; e
- VI - As penalidades.

4.2. Os serviços a serem prestados bem como os bens a serem fornecidos deverão ser de boa qualidade, obedecer às normas e padrões a que estiverem sujeitos (ABNT, INMETRO, dentre outros), a fim de atender eficazmente às finalidades que deles se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

5. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

5.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- I - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- II - Credenciamento dos interessados;
- III - Abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;
- IV - Condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V - A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das propostas selecionadas;
- VI - Adjudicação da proposta de menor preço;
- VII - Elaboração de ata;
- VIII - Condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- IX - Recebimento, exame e a decisão sobre recursos; e
- X - Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

6. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **DESCLASSIFICADA(S)** a(s) proposta(s):

- I - Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- II - Que apresente(m) preço baseado exclusivamente nas propostas das demais licitantes; e/ou
- III - Que apresentem preço com valor acima do preço máximo previsto no Edital.

6.2. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

6.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances verbais**, com observância dos seguintes critérios:

- I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços **até 10% (dez por cento) superiores** àquela;
- II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida no inciso anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três);
- III - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES

7.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, o(a) Pregoeiro(a) dará seqüência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

7.1.1. Na fase da “Sessão Pública”, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de licitações para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previstos no preâmbulo deste edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.

7.1.2. Após as devidas orientações e recomendações, o(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.1.3. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.1.4. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.1.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances estipulada no **subitem 7.1.6**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

7.1.6. O valor mínimo admitido para redução entre os lances será estabelecido pelo Pregoeiro, na própria Sessão de Lances, em comum acordo com os licitantes aptos a formularem os lances.

7.1.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02.

7.1.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

7.2. Por força da Lei Complementar nº 123/2006, será considerado “**empate**”, quando, ao final da etapa de lances, **a licitante que esteja competindo na condição de microempresa ou de empresa de pequeno**

porte tenha apresentado seu último lance com valor até **5% (cinco por cento)** acima do lance mais bem classificado de uma empresa não enquadrada, hipótese em que serão utilizados os seguintes critérios e procedimentos:

7.2.1. A microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que tenha apresentado o lance com menor preço será comunicada “na sessão pública” pelo(a) Pregoeiro(a) para que apresente, caso queira, lance inferior ao mais bem classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos;

7.2.2. Uma vez que a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresente lance de valor inferior, será classificado em primeiro lugar e declarada vencedora;

7.2.3. Haverá a preclusão do direito caso a microempresa ou empresa de pequeno porte manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido no **subitem 7.2.1**, ou não esteja presente na sessão pública;

7.2.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se situem no intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.2.5. Caso haja equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que estejam empatadas, realizar-se-á sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.2.6. Não havendo a contratação nos termos previstos anteriormente, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.2.7. Caso restem classificadas em 1º lugar mais de uma proposta com valores nominais idênticos, e uma delas for microempresa ou empresa de pequeno porte, o desempate se dará com o tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte, condicionado ao oferecimento de nova proposta de valor inferior àquele originalmente proposto;

7.2.8. Caso restem classificadas em primeiro lugar mais de uma proposta formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, juntamente com uma ou mais propostas de grandes empresas, deverá ocorrer um sorteio entre as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresa de pequeno porte, para que a sorteada exerça o direito de oferecer nova proposta de valor inferior;

7.2.9. Não havendo redução de preço, será declarada vencedora a proposta que originalmente se encontrava em primeiro lugar.

7.3. No caso de não existirem lances verbais, serão considerados válidos os valores obtidos na etapa de “**Abertura das Propostas**”, desde que verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o(a) Pregoeiro(a) negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances verbais, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

7.4. Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço das três primeiras classificadas, decidindo-se motivadamente a respeito.

8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

8.1. Ao final da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das três propostas de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhes facultado o saneamento da documentação na própria sessão.

8.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.2. Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o **prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável a critério da COHAB-LD, para a regularização da documentação, sob pena de decair do direito à contratação.

8.1.3. Ultrapassado o prazo previsto no **subitem 8.1.2**, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultado à COHAB-LD convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

8.2. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor. O(a) Pregoeiro(a), observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.3. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao licitante autor da **PROPOSTA OU LANCE DE MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada nesta fase a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital.

9.2. Para fins de julgamento, serão considerados os preços com até 02 (duas) casas decimais, sendo descartadas as casas decimais excedentes, procedendo-se o devido ajuste no preço global.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com os preços propostos acima do preço máximo previsto no Edital.

9.4. Serão igualmente desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas neste Edital, que forem omissas ou vagas, que impuserem condições diferentes das dispostas no presente, ou que contiverem preços ou execução condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza aqui não previstas, inclusive financiamentos subsidiados, bem como preço ou vantagem baseados nas propostas das demais licitantes, ou que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, como também aquelas que apresentarem alternativas.

9.5. Não serão aceitas propostas com preços de valor zero, irrisórios ou manifestamente inexequíveis.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

10.2. Após a manifestação imediata, o licitante terá **prazo de 03 (três) dias úteis** para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, no final de cada Sessão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) à vencedora.

10.4. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado(a) legalmente ou não identificado(a) no processo para responder pelo(a) licitante.

10.5. A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

10.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo(a) licitante.

10.7. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo, podendo ser dado prosseguimento ao processo até à homologação, ficando vedada a aquisição/contratação sem que haja a decisão do recurso.

10.7.1. Caso não seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo terá sua continuidade a partir do último ato executado.

10.7.2. Caso seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), os atos afetados pela decisão deverão ser retificados, em especial aqueles que alterem o resultado do certame e, por consequência, os atos de adjudicação e homologação.

10.8. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de recursos o(a) Pregoeiro(a) deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.

11.2. A autoridade superior decidirá sobre a homologação do certame, retornando o relatório ao(a) Pregoeiro(a), para continuidade do processo, na forma do Edital.

12.DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através de Contrato Administrativo, conforme minuta prevista no **Anexo IV**, observadas as condições estabelecidas neste Edital, a legislação vigente e a proposta vencedora, independentemente de transcrição de qualquer parte do seu texto.

12.2. O Contrato Administrativo deverá ser emitido contendo, no mínimo, as seguintes condições:

- I - O objeto e seus elementos característicos;
- II - O preço contratado, recurso financeiro e condições de pagamento;
- III - A forma, o prazo e o local da prestação dos serviços e/ou fornecimento dos bens;
- IV - O prazo de execução do objeto e vigência contratual;
- V - O recebimento do objeto e a fiscalização do contrato;
- VI - A indicação do respectivo processo licitatório e os anexos contratuais;
- VII - As obrigações da contratada e da COHAB-LD;
- VIII - Os casos de rescisão e sanções administrativas.

12.3. O licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis** contados do comprovante de recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, podendo solicitar prorrogação desse prazo por igual período, por motivo justo e aceito pela COHAB-LD.

12.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, é facultado à COHAB-LD, examinando e verificando a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação e, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, proceder à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 10.520/2002, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993.

12.4.1. A recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o contrato administrativo, ou deixar de trazer os documentos necessários para assinatura do mesmo, dentro do prazo estabelecido pela COHAB-LD, equivale ao **inadimplemento total do contrato**, ficando sujeito à multa contratual prevista na Minuta do Anexo IV, além das penalidades previstas na legislação pertinente.

12.5. A assinatura do Contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou por mandatário com poderes expressos.

12.6. É vedada a subcontratação parcial do objeto e a cessão ou transferência total ou parcial do Contrato, a quem não atenda as condições de habilitação e sem prévia autorização da COHAB-LD.

13.DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O Diretor Presidente da COHAB-LD poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. A COHAB-LD poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

13.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da COHAB-LD, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Município.

13.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

13.8. A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

13.9. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da COHAB-LD, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

13.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Do objeto e demais aspectos relacionados;
- Anexo II - Do credenciamento, as exigências da proposta comercial e da habilitação;
- Anexo III - Modelos sugeridos de declarações/procurações;
- Anexo IV - Minuta do Contrato;
- Anexo V - Modelo sugerido da Proposta Comercial;

Londrina, 12 de setembro de 2010.

MARCELO BALDASSARRE CORTEZ
Diretor Administrativo-Financeiro

JOÃO ALBERTO VERÇOSA SILVA
Diretor Presidente

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do artigo 38, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

ANEXO I

DO OBJETO E DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente para atender às necessidades da COHAB-LD, conforme a seguir discriminado:

Descrição dos Serviços
Prestação de serviços profissionais de auditoria independente para o exercício de 2011, verificando a Contabilidade e demais áreas da Companhia, pelo sistema de amostragem, de acordo com as normas de Auditoria exigidos pela legislação e órgãos competentes;
Realização dos trabalhos de análise dos recolhimentos das contribuições do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do ano civil de 2011, para verificação se os mesmos foram efetivados em conformidade com os dispositivos legais e as práticas contábeis pertinentes;
Exame das demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2011, incluindo Balanço Patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício em questão, com o objetivo de expressar a opinião da auditoria externa sobre as transações e/ou controles internos e peças contábeis aqui referidas, indicando se elas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações correspondentes ao exercício aqui mencionado, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil;
Assessoria no preenchimento da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

2. OUTRAS DISPOSIÇÕES:

2.1. Os trabalhos deverão ser planejados de forma a serem substancialmente realizados em fases preliminares, anteriores ao encerramento do exercício social para possibilitar a identificação de eventuais problemas com a adequada antecipação, de forma que a pesquisa de soluções e a adoção das medidas cabíveis por parte da administração sejam efetivadas em tempo hábil e sem as costumeiras pressões de encerramento de exercício.

2.2. Do trabalho realizado, deverão ser emitidos os relatórios a seguir enumerados pela futura adjudicatária:

a) RELATÓRIO PRINCIPAL contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- ◆ Demonstrações financeiras elaboradas pela COHAB-LD, incluindo balanço patrimonial, demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2011;
- ◆ Notas explicativas sobre as referidas demonstrações financeiras;
- ◆ Parecer da auditoria sobre tais demonstrações financeiras;

- ◆ De acordo com a prática da empresa de auditoria, serão apresentadas sugestões quanto à forma e conteúdo das demonstrações financeiras e suas notas explicativas, com vistas a torná-las satisfatoriamente informativas na apresentação, considerando, entretanto, as disposições regularmente vigentes.

b) RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DO FCVS:

- ◆ Relatório circunstanciado, contendo o resultado da revisão relativo às bases de incidência e os recolhimentos, quando devidos, das contribuições mensais e trimestrais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, em atendimento aos pressupostos contidos no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MNPO/FCVS vigente, Roteiro de Análise/Banco de Índices, MP nº 1520/96 e sucedâneas, Lei nº 10.150/00 e Resoluções pertinentes.

c) RELATÓRIOS DE ÍTERIM – Auditorias Operacionais (Pré-Balanço):

- ◆ Por ocasião das revisões serão emitidos relatórios e recomendações específicas, cujo objetivo básico será apontar qualquer erro e/ou irregularidade encontrados e, ainda, fornecer orientação detalhada a eventuais dúvidas levantadas em decorrência dos exames efetuados.

d) RECOMENDAÇÕES SOBRE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E CONTROLES INTERNOS

- ◆ Quando tratar-se de assunto sigiloso, será apresentado, adicionalmente, um relatório contendo comentários e recomendações específicos destinados a aumentar a eficiência operacional da Cohab-Ld, aperfeiçoar as informações financeiras e fortalecer os controles internos. Dada a grande valia de tal documento para a alta administração, sua emissão será consubstanciada num relatório denominado “CARTA À GERÊNCIA”, entregue com o relatório de auditoria a ser elaborado.

2.3. Os Relatórios acima citados, deverão ser entregues nos prazos, conforme a seguir discriminados:

- Análise do FCVS: 31/01/2012;
- Demonstrações Financeiras: 31/03/2012;
- DIPJ: 10 (dez) dias antes do prazo final de entrega fixado pela Receita Federal;
- Controles Internos: 30/06/2012.

2.4. Todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços descritos neste anexo, correrão por conta exclusiva da futura adjudicatária, já inclusos todos os custos e quaisquer tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias a prestação dos serviços, tais como: hospedagens, refeições e locomoções para realização dos serviços na sede da Cohab-Ld, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

2.4.1. Excetuam-se as despesas relativas a hospedagem, refeições e locomoções efetuadas pela futura adjudicatária para o adequado cumprimento dos trabalhos, realizados fora da região de Londrina, Estado do Paraná, **que serão ressarcidas, assim que incorridas, pela COHAB-LD.**

2.5. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que forem devidos, decorrentes da prestação dos serviços, correrão por conta exclusiva da futura adjudicatária, que também se responsabilizará pelo cumprimento das obrigações tributárias.

2.6 A futura CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3. DOS PREÇOS MÁXIMOS

3.1. O valor global máximo para a prestação dos serviços especializados de auditoria independente, objeto da presente contratação, será de **R\$ 35.326,08 (trinta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e oito centavos)**, dividido em **12 (doze) parcelas** mensais de **R\$.2.968,84 (dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)** cada uma.

4. FONTE DE RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas com recursos próprios da COHAB-LD.

5. DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de prestação dos serviços objeto da presente licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato Administrativo e a vigência do Contrato terminará 60 (sessenta) dias, após a conclusão da execução dos serviços.

5.2. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes deste Edital e seus Anexos, obedecerem às normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e demais normas e legislação pertinente e em vigência.

5.3. É de responsabilidade do prestado do serviço qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal da COHAB-LD ou terceiros, por funcionários ou pertences da vencedora ou seus prepostos, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes.

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com o contido no Contrato Administrativo a ser firmado com a empresa vencedora do certame, cuja minuta encontra-se prevista no **Anexo IV**, além dos termos deste Edital e seus Anexos.

6.2. O(s) bem(ens) ou serviço(s) objeto deste edital deverá(ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal(is) distintas, ou seja, constando o número do edital, o bem ou serviço, as quantidades, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

6.3. O recebimento definitivo do objeto deste Edital, não exime a futura CONTRATADA de ser responsabilizada, dentro das penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante a execução.

7. DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos serão realizados em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento das Notas Fiscais, as quais deverão ser emitidas com data do último dia de cada mês da contratação e, ainda, mediante a liberação pela Fiscalização do Contrato Administrativo a ser firmado com a futura CONTRATADA.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

8. DO REAJUSTE

8.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência do Contrato.

8.2. Os preços poderão ser reajustados, após 12 (doze) meses, em caso de prorrogação do prazo de vigência do presente Contrato, pelos índices acumulados do IGP-M ou outro que venha substituí-lo, desde que requerido pela futura contratada.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso** e/ou do valor correspondente na ordem de serviço, isentando em consequência a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega **será considerada a inexecução total do objeto**.

9.2. Havendo atraso de pagamento, pagará a COHAB-LD à Contratada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso**.

9.3. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do contrato**.

9.4. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do contrato**.

9.5. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato ou retirar a ordem de serviço, após o prazo concedido pela COHAB-LD contados do recebimento do comunicado, para efeitos de aplicação de multa, **equivale à inexecução total da obrigação**.

9.6. A aplicação de multa, a ser determinada pela **COHAB-LD**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa¹ da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º² da Lei nº. 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/1993.

¹ Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

² “*Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.*”

ANEXO II

DO CREDENCIAMENTO, DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL E DA HABILITAÇÃO

1. DO CREDENCIAMENTO

1.1. Para o **CREDENCIAMENTO**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I - Tratando-se de representante legal, **o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial** ou outro órgão competente de acordo com a legislação aplicável, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- II - Tratando-se de procurador, a **procuração por instrumento público ou particular**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no inciso anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga. O modelo encontra-se no **item 3 do Anexo III** deste Edital;
- III - **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos**. O modelo da presente encontra-se no **item 7 do Anexo III** deste Edital;
- IV - **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**. O modelo da presente encontra-se no **item 2 do Anexo III** deste Edital;
- V - Tratando-se de **microempresa e empresas de pequeno porte**, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/2006, estas deverão apresentar a **Certidão expedida pela Junta Comercial** conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada da **DECLARAÇÃO** de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. O modelo da presente encontra-se no **item 5 do Anexo III** deste Edital;

2. DA PROPOSTA COMERCIAL

2.1. O envelope 1 (um) da licitação deverá conter a **PROPOSTA COMERCIAL**, elaborada considerando os seguintes requisitos:

- I - Ser preenchida, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, podendo ser elaborada nos moldes do modelo sugerido no **Anexo V**, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante, e deverá conter:
 - a) O nome da empresa, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo e telefone para contato;
 - b) Detalhamento da execução dos serviços, mês a mês, inclusive com cronograma demonstrando a execução dos mesmos;
 - c) Número de horas necessárias para a execução dos serviços;
 - d) Discriminação dos testes e procedimentos de auditoria usualmente aplicados pela licitante;
 - e) Prazos de entrega dos Relatórios;

- f) Valor da **oferta total e mensal, cujo pagamento será feito em 12 (doze) parcelas**, expresso em real (R\$), em valor igual ou superior ao máximo estabelecido no **subitem 3.1, do Anexo I**, incluídos os encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a prestação dos serviços, conforme previstos neste Edital;
 - g) Condições de pagamentos: O pagamento será realizado em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento das Notas Fiscais, as quais deverão ser emitidas com a data do último dia de cada mês da prestação dos serviços, e, ainda, condicionado a liberação pela Fiscalização do Contrato Administrativo;
 - h) Prazo de Prestação de serviços: Contado a partir da assinatura do Contrato Administrativo com a COHAB-LD;
 - i) Prazo de Vigência Contratual: Iniciará a partir da data da assinatura do Contrato e terminará 60 (sessenta) dias, após a conclusão da execução dos serviços;
 - j) Validade da proposta: 60 dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes;
 - k) A declaração da proponente de conhecer e acatar as condições e normas inseridas no Edital e seus Anexos, bem como aceitá-las para todos os efeitos legais;
 - l) Assinatura do representante legal do Licitante;
- II - Certificado de Regularidade profissional, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, em plena validade;
- III - Prova de registro no IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores e/ou CVM – Comissão de Valores Mobiliários;
- IV - Apresentação de **no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante já prestou serviços para empresa(s) que tenha(m) vínculo com Sistema Financeiro da Habitação – SFH e Fundo de Compensação de Variações Patrimoniais – FCVS, pelo período de no mínimo 01 (um) ano;
- V - **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos**. O modelo da presente encontra-se no **item 7 do Anexo III** deste Edital;
- VI - **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**. O modelo da presente encontra-se no **item 2 do Anexo III** deste Edital;
- VII - Tratando-se de **microempresa e/ou empresa de pequeno porte**, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/2006, estas deverão apresentar a **Certidão expedida pela Junta Comercial** conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada da **DECLARAÇÃO** de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. O modelo da presente encontra-se no **item 5 do Anexo III** deste Edital;

2.2. A omissão da indicação na proposta das **alíneas “g”, “h”, “i” e “j” do inciso “I”**, não acarretará na desclassificação da proposta, mas implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. A não apresentação de qualquer documento constantes nos **incisos “I”, “II”, “III”, “IV”, “V” e “VI” do subitem 2.1 deste Anexo II** acarretará na imediata **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta da licitante, salvo o expresso no **subitem 2.2** acima, considerando as observações dispensáveis na proposta comercial.

2.4. A não apresentação da documentação descrita no **inciso “VII” do subitem 2.1 deste Anexo II** não acarretará na desclassificação da proposta, porém, o licitante não gozará dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 caso se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.5. Ficará dispensado da apresentação da documentação prevista nos **incisos “V”, “VI” e “VII” do subitem 2.1 deste Anexo II**, caso o licitante já a tenha apresentado no momento do CREDENCIAMENTO, conforme previsto no **subitem 1.1 deste Anexo II**.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. O envelope 2 (dois) da licitação deverá conter os documentos necessários à **HABILITAÇÃO** neste certame, sendo obrigatória a apresentação de:

- I - Prova de ramo de atividade compatível com o objeto licitado, por meio do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas últimas alterações que importaram em modificações do objeto social, do capital e da administração da empresa e lhe conferiram a feição atual, se houver devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- II - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- III - Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND);
- IV - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, conforme Lei Federal nº 8.036/90;
- V - Prova de regularidade junto a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- VI - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- VII - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, devendo ser mediante apresentação de Certidão Negativa de **Tributos Mobiliários e Imobiliários**, expedida como segue:
 - a) Pelo Município do domicílio ou sede da licitante e, também;
 - b) Pelo Município de Londrina, quando a licitante possuir domicílio ou sede em outro Município, de acordo com o Decreto Municipal nº 242, de 23/05/2001. Todavia, se o proponente não possuir imóvel ou estabelecimento nesta cidade de Londrina, poderá substituir a referida certidão por uma Declaração, firmada sob penas da lei, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 1 do Anexo III** deste Edital;
- VIII - Declaração que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 4 do Anexo III** deste Edital;
- IX - Declaração “Sócio que assinará o Contrato”, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 6 do Anexo III** deste Edital. O referido documento visa unicamente tornar mais ágil o andamento do processo, sendo que sua não apresentação, não implicará na inabilitação do proponente;

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

4.1. Os documentos referidos nos **itens 1 a 3** deste Anexo poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação.

4.2. A documentação de que trata os **itens 1 a 3** deste Anexo deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital. **Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.**

4.3. Caso os documentos referidos nos **itens 1 a 3** deste Anexo não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.

4.4. Para fins do disposto na **alínea “b”, do inciso VII, do item 3** deste Anexo, define-se como estabelecimento, qualquer local onde são exercidas atividades inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes de Londrina (artigo 108 da Lei Municipal nº 7303/97 – Código Tributário Municipal). A falsa declaração do licitante, para fins do disposto no mesmo inciso, implicará na sua desclassificação no procedimento administrativo competente, além das implicações da legislação penal.

4.5. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

ANEXO III

MODELOS SUGERIDOS
(Declarações e Procuраções)

1. DECLARAÇÃO NÃO POSSUI ESTABELECIMENTO NEM PROPRIEDADE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA (SOMENTE PARA LICITANTES COM DOMICÍLIO EM OUTRA CIDADE);

DECLARAÇÃO

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Presencial nº PP-023/2011-COHAB-LD, que **não possui estabelecimento nem propriedade imóvel no Município de Londrina.**

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

2. DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

DECLARAÇÃO

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Presencial nº PP-023/2011-COHAB-LD, que **CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

3. PROCURAÇÃO;

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA “_____”, com sede na Rua _____, n.º _____, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada, neste ato, por seu sócio-gerente Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado nesta cidade, **nomeia e constitui seu bastante procurador**, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG n.º _____, e do CPF n.º _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão n.º PP-023/2011-COHAB-LD, instaurado pelo _____ COHAB-LD, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura

Nome do Responsável pela Outorga

4. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF;

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Pregão n.º PP-023/2011-COHAB-LD, junto a COHAB-LD, que a empresa inscrita no CNPJ sob o n.º, **não possui** em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo os contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

DECLARAÇÃO

___(nome/razão social)___, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____ portador(a) da CI/RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser **MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE** nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da LC nº 123/06.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC nº. 123/2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

6. DECLARAÇÃO “SÓCIO QUE ASSINARÁ O CONTRATO”.

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins, que os sócios proprietários (ou quem o estatuto de constituição societária designar) da empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na Rua _____, são os Srs. _____ (nomes completos) _____.

Declaro ainda, que, no caso desta empresa ser vencedora do certame promovido pelo Pregão n.º PP-023/2011-COHAB-LD, a pessoa que assinará o instrumento contratual será o(a) Sr(a). _____ (nome completo), _____ (nacionalidade) _____, _____ (profissão) _____, residente e domiciliado(a) na cidade _____, portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

7. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

Para os fins de participação na licitação, na modalidade Pregão Presencial n.º PP 023/2011-COHAB-LD, a (... nome da empresa), CNPJ/MF n.º, sediada (...endereço completo)..., declara, sob as penas da Lei que, até esta data, **INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, bem como que tem pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e plena concordância com as condições constantes no presente Edital de Pregão e seus anexos. Declara, ainda, que esta empresa cumpre plenamente os requisitos de Habilitação exigidos no procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 023/2011, instaurado pela COHAB-LD.
Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

ANEXO IV

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ... -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA
INDEPENDENTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA
DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD E A EMPRESA
.....**

PREGÃO PRESENCIAL N.º PP-023/2011 - COHAB-LD

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato, de um lado, como CONTRATANTE, a **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista pela Lei Municipal nº 1.008 de 26 de agosto de 1965, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.616.760/0001-15, com sede nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Pernambuco nº 1.002, Centro, neste ato representada por seus Diretores Presidente e Administrativo/Financeiro, respectivamente, (*Qualificar Diretores*), ao final assinados, doravante denominada simplesmente **COHAB-LD** e, de outro lado, a empresa (*Qualificar a Empresa*), neste ato representada por (*Qualificar o Representante*), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos do **Pregão Presencial nº 023/2011-COHAB-LD**, fundamentado na Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que, ao final, esta, subscrevem, tem entre si justo e convencionado o presente Contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente para atender as necessidades da COHAB-LD, conforme a seguir discriminado:

Descrição dos Serviços
Prestação de serviços profissionais de auditoria independente para o exercício de 2011, verificando a Contabilidade e demais áreas da Companhia, pelo sistema de amostragem, de acordo com as normas de Auditoria exigidos pela legislação e órgãos competentes;
Realização dos trabalhos de análise dos recolhimentos das contribuições do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do ano civil de 2011, para verificação se os mesmos foram efetivados em conformidade com os dispositivos legais e as práticas contábeis pertinentes;
Exame das demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2011, incluindo Balanço Patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício em questão, com o objetivo de expressar a opinião da auditoria externa sobre as transações e/ou controles internos e peças contábeis aqui referidas, indicando se elas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações correspondentes ao exercício aqui mencionado, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil;
Assessoria no preenchimento da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

§ 1º. Os trabalhos deverão ser planejados de forma a serem substancialmente realizados em fases preliminares, anteriores ao encerramento do exercício social para possibilitar a identificação de eventuais problemas com a adequada antecipação, de forma que a pesquisa de soluções e a adoção das medidas cabíveis por parte da administração sejam efetivadas em tempo hábil e sem as costumeiras pressões de encerramento de exercício.

§ 2º. Do trabalho realizado, deverão ser emitidos os relatórios a seguir enumerados pela CONTRATADA:

a) RELATÓRIO PRINCIPAL contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- ◆ Demonstrações financeiras elaboradas pela COHAB-LD, incluindo balanço patrimonial, demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2011;
- ◆ Notas explicativas sobre as referidas demonstrações financeiras;
- ◆ Parecer da auditoria sobre tais demonstrações financeiras;
- ◆ De acordo com a prática da empresa de auditoria, serão apresentadas sugestões quanto à forma e conteúdo das demonstrações financeiras e suas notas explicativas, com vistas a torná-las satisfatoriamente informativas na apresentação, considerando, entretanto, as disposições regularmente vigentes.

b) RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DO FCVS:

- ◆ Relatório circunstanciado, contendo o resultado da revisão relativo às bases de incidência e os recolhimentos, quando devidos, das contribuições mensais e trimestrais do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, em atendimento aos pressupostos contidos no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MNPO/FCVS vigente, Roteiro de Análise/Banco de Índices, MP nº 1520/96 e sucedâneas, Lei nº 10.150/00 e Resoluções pertinentes.

c) RELATÓRIOS DE ÍTERIM – Auditorias Operacionais (Pré-Balanco):

- ◆ Por ocasião das revisões serão emitidos relatórios e recomendações específicas, cujo objetivo básico será apontar qualquer erro e/ou irregularidade encontrados e, ainda, fornecer orientação detalhada a eventuais dúvidas levantadas em decorrência dos exames efetuados.

d) RECOMENDAÇÕES SOBRE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E CONTROLES INTERNOS

- ◆ Quando tratar-se de assunto sigiloso, será apresentado, adicionalmente, um relatório contendo comentários e recomendações específicos destinados a aumentar a eficiência operacional da COHAB-LD, aperfeiçoar as informações financeiras e fortalecer os controles internos. Dada a grande valia de tal documento para a alta administração, sua emissão será consubstanciada num relatório denominado “CARTA À GERÊNCIA”, entregue com o relatório de auditoria a ser elaborado.

§ 3º. Os Relatórios acima citados, deverão ser entregues nos prazos, conforme a seguir discriminados:

- ◆ Análise do FCVS: 31/01/2012;
- ◆ Demonstrações Financeiras: 31/03/2012;
- ◆ DIPJ: 10 (dez) dias antes do prazo final de entrega fixado pela Receita Federal;
- ◆ Controles Internos: 30/06/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- I - Edital de PREGÃO n.º PP-023/2011-COHAB-LD e seus anexos;
- II - Proposta da CONTRATADA, datada de dede 2011.

§ 1º. Os documentos mencionados nesta Cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este Contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

§ 2º. Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este Contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A COHAB-LD pagará à CONTRATADA o valor total de R\$....., em **12 (doze) parcelas mensais de R\$.....**, até o 5º dia útil após o recebimento das Notas Fiscais, as quais deverão ser emitidas no último dia de cada mês da prestação dos serviços, mediante a liberação pela fiscalização do Contrato Administrativo.

§ 1º. Nos preços constantes nesta Cláusula já estão inclusos os custos, inclusive encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais, equipamentos e máquinas;

§ 2º. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) que for(em) apresentada(s) com erro, será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA, para retificação ou substituição, sendo que o pagamento ficará suspenso até o momento de sua reapresentação.

§ 3º. O pagamento somente será efetuado após a comprovação de que a CONTRATADA se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta “on-line” ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social, além da apresentação da documentação prevista no inciso VII da Cláusula Sétima deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do presente Contrato.

Parágrafo Único. Os preços poderão ser reajustados, somente após 12 (doze) meses, em caso de prorrogação do prazo de vigência do presente Contrato, pelos índices acumulados do IGP-M ou outro que venha substituí-lo, desde que requerido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de prestação dos serviços ora contratados será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente Contrato e a vigência do mesmo terminará 60 (sessenta) dias, após a conclusão da execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

Os prazos de fornecimento e de prestação de serviços para a manutenção do presente contrato poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas no art. 57, da Lei nº. 8.666/1993, e também quando houver necessidade e interesse da COHAB-LD, desde que preenchidos os requisitos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização deste Contrato será feita por funcionários da COHAB-LD previamente designados por Portaria, os quais farão a verificação dos serviços e se os mesmos foram executados conforme as especificações constantes no processo que deu origem ao presente Contrato, encaminhando a Nota Fiscal à Diretoria Administrativa/Financeira para que se proceda o pagamento na forma da Cláusula Terceira.

- I - No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições;
- II - A fiscalização por parte da COHAB-LD não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização;

§ 1º. Caberá a fiscalização do Contrato:

- I - O acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, conforme descrito na Cláusula Sétima deste Contrato;
- II - O acompanhamento, aceitação, recebimento e constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo que deu origem à Ordem de Serviços;
- III - Exercer rigoroso controle do cumprimento do Contrato, em especial quanto à quantidade e qualidade, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato;
- IV - Averiguar da regularidade da CONTRATADA, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS, INSS, etc).

§ 2º. Entende-se como Fiscais do Contrato, os funcionários pertencente à COHAB-LD, devidamente designados e nomeados por Portaria para acompanhamento do fornecimento do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Executar os serviços conforme descrito na Cláusula Primeira do presente Contrato;
- II - Cumprir os prazos previstos na legislação;
- III - Responsabilizar-se por acidentes de trabalho de seu empregado no desempenho das atividades de trabalho desenvolvidas ou em conexão com elas, mesmo que ocorridas na sede da COHAB-LD;
- IV - Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal da COHAB-LD ou terceiros, pelo empregado disponibilizado para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes;
- V - Aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos produtos que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo da COHAB-LD;
- VI - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela COHAB-LD, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- VII - Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente Contrato;
- VIII - Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas no Edital de PREGÃO n.º PP-023/2011-COHAB-LD e seus anexos;

Parágrafo único. Havendo divergências entre alguma disposição contida neste instrumento contratual, e no Edital de PREGÃO n.º PP-023/2011-COHAB-LD e seus anexos, será feita uma avaliação para análise de qual prevalecerá, sempre visando à supremacia do interesse público.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA COHAB-LD

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da COHAB-LD:

- I - Pagar os valores devidos, mensalmente no prazo avençado;
- II - Acompanhar e fiscalizar os serviços executados pela CONTRATADA, através do empregado disponibilizado;
- III - **Disponibilizar espaço físico para os profissionais da CONTRATADA, quando estes estiverem nas dependências da COHAB-LD para a prestação dos serviços.**

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso** e/ou do valor correspondente na ordem de serviço, isentando em consequência a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega **será considerada a inexecução total do objeto.**

§ 1º. Havendo atraso de pagamento, pagará a COHAB-LD à CONTRATADA multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso.**

§ 2º. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do contrato.**

§ 3º. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do contrato.**

§ 4º. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato ou retirar a ordem de serviço, após o prazo concedido pela COHAB-LD contados do recebimento do comunicado, para efeitos de aplicação de multa, **equivale à inexecução total da obrigação.**

§ 5º. A aplicação de multa, a ser determinada pela COHAB-LD, após regular procedimento que garanta a prévia defesa¹ da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º² da Lei nº. 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

- I - A critério da COHAB-LD, quando a CONTRATADA:

¹ Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

² “*Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.*”

- a) Subcontratar no todo ou em parte o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa autorização da COHAB-LD;
 - b) Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;
 - c) Falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que, a juízo da COHAB-LD, prejudique a execução do Contrato;
 - d) Outras hipóteses previstas no art. 78, da Lei 8.666/93;
- II - Pela CONTRATADA, quando a COHAB-LD inadimplir quaisquer Cláusulas ou Condições estabelecidas neste Contrato;
- III - Amigavelmente, por acordo entre as partes;

§ 1º. Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse do COHAB-LD, poderá o presente Contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela execução do objeto até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte do COHAB-LD.

§ 2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no inciso II, persistirá a responsabilidade do COHAB-LD pelo pagamento do objeto executado e não pagos.

§ 3º. Quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato, além da multa prevista na Cláusula Nona, e demais penalidades cabíveis, fica sujeita a uma das seguintes sanções:

- I - Advertência
- II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COHAB-LD, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§ 4º. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens relacionados nesta Cláusula, implicará a apuração de perdas e danos e sujeitará a CONTRATADA à retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à COHAB-LD, sem embargos da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento e providências legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente Contrato serão suportadas com recursos próprios da COHAB-LD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de Londrina, não obstante qualquer mudança de sede da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E, por estarem justas e acertadas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

LONDRINA, ___ de _____ de 2011.

Diretor Administrativo/Financeiro

Diretor Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.) _____

2.) _____

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do artigo 38,
da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

ANEXO V

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA:	CNPJ:
ENDEREÇO:	TELEFONE:
MUNICÍPIO:	INSC. ESTADUAL:
<p>Pela prestação de serviços especializados de auditoria independente, conforme abaixo discriminado, propomos:</p> <p>a) Valor da prestação mensal: R\$. _____ (_____).</p> <p>b) Valor total da prestação dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses: R\$. _____ (_____).</p> <p><i>Descrever os serviços conforme constante dos itens 1.1, 2.1, 2.2 e 2.3 do Anexo I deste Edital, assim como o constante do subitem 2.1, inciso I, alíneas "b", "c", "d" e "e" do Anexo II do Edital.</i></p>	
<p>Condições de Pagamento: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Prazo de execução dos serviços: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Prazo de vigência contratual: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.</p>	
DECLARAÇÃO	
<p>A empresa signatária desta PROPOSTA declara conhecer e acatar as condições e normas inseridas no Edital de Pregão Presencial nº 023/2011 – COHAB-LD, bem como aceitá-las para todos os efeitos legais, nos prazos e condições estabelecidas no referido Edital.</p> <p style="text-align: center;">Londrina, _____ de _____ de 2011.</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura do Representante Legal da Proponente</p>	